



DIÁRIO OFICIAL

DIVERSOS

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia

SALVADOR, SÁBADO, 1º DE AGOSTO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.957

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A.

CNPJ/MF nº 33.845.322/0001-90
NIRE 29.300.030.562

EDITAL DE CONVOCAÇÃO- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convidados os senhores acionistas da A GERADORA ALUGUEL DE MÁQUINAS S.A. a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que se realizará na Av. Antônio Carlos Magalhães, 3244, Edifício Empresarial Thomé de Souza, Salas 1601/1607 e 1621/1626, Caminho das Árvores, CEP 41.820-000, Salvador, Bahia, no dia 12 de agosto de 2020, às 09:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Deliberar sobre a alteração de determinadas condições das debêntures da primeira emissão da Companhia ("Emissão" e "Debêntures"), emitidas nos termos do "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Primeira Emissão de A Geradora Aluguel de Máquinas S.A.", celebrado em 10 de dezembro de 2012, conforme aditada ("Escritura de Emissão"), incluindo relativas a (i) capitalização e incorporação de parte da Remuneração (conforme definido na Escritura de Emissão) devida entre 20 de abril de 2020 (inclusive) e 20 de setembro de 2020 (exclusive) ao Valor Nominal das Debêntures e ao Valor Total da Emissão (conforme definido na Escritura de Emissão); (ii) cronograma de amortização do Valor Nominal (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures e de pagamento da Remuneração; (iii) alteração e inclusão de hipóteses de Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Escritura de Emissão) das Debêntures, incluindo vedação à distribuição de dividendos durante a vigência da Escritura de Emissão, bem como alteração dos Índices Financeiros (conforme descrito na Escritura de Emissão), dentre outros; (iv) atualização da Descrição dos Bens Móveis Alienados Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis (conforme definido na Escritura de Emissão) listados no Anexo I ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis; e (v) alteração de determinadas obrigações e atualizações à Escritura de Emissão (incluindo, mas não se limitando, a obrigatoriedade de contratação de assessoria da Duo Planejamento e Apoio Administrativo Ltda. durante o período de vigência do contrato), ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Escritura de Emissão) e ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido na Escritura de Emissão); 2. A autorização para a Diretoria da Companhia adotar todos e quaisquer atos necessários à implementação das matérias acima, incluindo, mas não se limitando, a assinatura dos instrumentos e documentos indicados abaixo, bem como a contratação de todos os demais prestadores de serviço necessários à efetivação das matérias acima: (i) a ata da assembleia geral de titulares das Debêntures que delibere sobre as matérias objeto da presente assembleia; (ii) aditamento e consolidação à Escritura de Emissão; (iii) aditamento e consolidação ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis; (iv) aditamento e consolidação ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e (v) aditamento e consolidação ao Contrato de Cessão Fiduciária; 3. A autorização para, em contrapartida à aprovação das matérias a serem submetidas aos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), o pagamento, pela Companhia aos Debenturistas, de um prêmio flat (waiver fee); 4. Ratificação de todos os atos já praticados pela Companhia relacionados às deliberações acima; e 5. Outros assuntos de interesse social. Salvador, 31 de julho de 2020. Antonio Celso do Amaral Reis- Presidente do Conselho de Administração

ISA IRRIGAÇÃO SANTO ANDRÉ S.A.

CNPJ Nº 33.796.830/0001-26
NIRE 29.300.017.001

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 09h00 do dia 17/08/2020, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda Santo André, Km 873, BR 242, no Município de Barreiras/BA, para deliberar sobre: a) Eleição do Conselho de Administração para o triênio 2020/2023; b) Fixação dos honorários mensais e globais do Conselho de Administração; c) Garantia de hipoteca do imóvel de sua propriedade, FAZENDA SANTO ANDRÉ I, e a prestação de garantia fidejussória. Barreiras/BA, 31/07/2020. Isabel Ferraz Magalhães - Presidente do Conselho de Administração.

BELAP AGRO PECUÁRIA S.A.

CNPJ Nº 13.666.599/0001-49
NIRE 29.3.0001534-2

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a se realizar às 16h00 do dia 17/08/2020, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda São Francisco, Km 873, BR 242, no Município de Luís Eduardo Magalhães/BA, para deliberar sobre: a) Eleição do Conselho de Administração; b) Fixação dos honorários mensais e globais do Conselho de Administração; c) Garantia de hipoteca dos imóveis de sua propriedade, FAZENDA SÃO LUCAS, FAZENDA SÃO FRANCISCO I, e FAZENDA SÃO JOSE I, e a prestação de garantia fidejussória. Luís Eduardo Magalhães/BA, 31/07/2020. Isabel Ferraz Magalhães - Presidente do Conselho de Administração.

PROMÉDICA - PROTEÇÃO MÉDICA A EMPRESAS S.A.

CNPJ nº 15.214.919/0001-55
NIRE nº 29 3 0002870-3

ANS nº 326861

AVISO AOS ACIONISTAS DIREITO DE PREFERÊNCIA

Comunicamos aos acionistas da Companhia, detentores de ações ordinárias, que terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados desta publicação, para declararem se pretendem exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações relativa ao aumento de capital aprovado na AGE de 26/06/2020, conforme Ata arquivada na JUCEB, devendo fazê-lo mediante comunicação escrita à Diretoria da Sociedade e assinatura do Boletim de Subscrição. Salvador, 24 de julho de 2020. Tereza Rita Leony Valente – Diretora Presidente.



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão digital e com dados variáveis
Impressão offset - rotativa e plana

www.egba.ba.gov.br
Sede Egba: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413



Publica Bahia

TRANSPARÊNCIA NA PUBLICAÇÃO
DE ATOS OFICIAIS

egba

Melhores preços, melhor qualidade

CASA CIVIL



egba

IMPRESA OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Acesse:



• DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras
bairanas, com baixo custo e segurança.

Agendamento:

Sede Egba:

71 3116 2865 | 2133

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:

71 3117 8413

www.egba.ba.gov.br



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2019 e Demonstrações Contábeis pertinentes ao período referido. Colocamo-nos a inteira disposição de V.Sas. para as informações e esclarecimentos que se fizerem necessários. 17 de junho de 2020. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (em reais, centavos omitidos)			
	ATIVO	2019	2018
CIRCULANTE			
Disponível			
Conta Única do Tesouro	4	24.508.564	28.627.821
Créditos e Valores a Receber			
Contas a Receber	5	2.581.414	5.902.018
Adiantamento de Viagem		-	9.720
Impostos e Contribuições a Recuperar	6	3.227.078	3.121.133
Creditos de Funcionários	7	634.817	660.338
Outros valores a receber		35.120	21.233
Total de Créditos e Valores a Receber		6.478.429	9.714.442
Estoque			
Almoxarifado		63.106	62.244
Despesas do Exercício Seguinte			
Seguros/Alimentação/Transporte/Combustível		91.015	102.859
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		31.141.114	38.507.366
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Créditos e Valores a Receber			
Depósitos e Cauções Trabalhistas	8	2.867.167	2.542.908
Convênios	9	1.414.755	1.414.755
Valores e Bens	10	177.334	151.514
Total		4.459.256	4.109.177
Investimentos	11	556.466	248.333
Imobilizado	12	15.502.006	14.787.522
(-) Depreciação	12	(11.859.277)	(11.353.467)
Total do Imobilizado	12	3.642.729	3.434.055
Intangível			
Ativos Minerários em Andamento	13	88.451.577	112.862.991
Ativos Minerários	13	19.409.007	19.409.007
(-) Exaustão Acumulada	13	(11.437.060)	(10.061.899)
Software e Outros	13	2.208.227	2.208.227
(-) Amortização Acumulada	13	(2.142.454)	(2.124.350)
Total do Intangível	13	96.489.297	122.293.976
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		105.147.748	130.085.541
TOTAL DO ATIVO		136.288.862	168.592.907

	PASSIVO	2019	2018
CIRCULANTE			
Fornecedores		35.035	150.827
Obrigações Fiscais	14	118.276	535.879
Obrigações Sociais	15	795.564	81.242
Provisão de Férias	16	2.761.885	3.039.826
Outras Contas a Pagar		50.880	23.909
Consignações a Pagar		3.100	6.655
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		3.764.740	3.838.338
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos e Cauções		79.255	79.255
Provisão para Processos Judiciais	17	6.258.557	29.443.522
Subvenções p/ Implantação de Núcleos	18	1.414.756	1.414.756
Subvenções Econômicas P/Custeio	18	24.142	42.135
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.776.710	30.979.668
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19		
Capital Autorizado		100.000.000	100.000.000
Capital Social Integralizado		100.000.000	100.000.000
Capital Social	19.1	100.000.000	100.000.000
Reserva de Capital			
Subvenções para investimento		5.606.602	5.606.602
Reserva de Lucro			
Reserva Legal		2.769.419	2.769.419
Reserva de Lucro a Realizar		2.411.791	2.411.791
Reserva Incentivo Fiscal		51.034.880	54.001.566
Reserva Especial		611.557	611.557
Reservas Constituídas	19.2	62.434.249	65.400.935
Prejuízos			
Prejuízos Acumulados	19.3	(37.686.837)	(31.626.034)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.747.412	133.774.901
TOTAL DO PASSIVO		136.288.862	168.592.907

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo FinanceiroJosé Zilfredo Santana Lima
Contador CRC 10901/0-9 BA

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (em reais, centavos omitidos)			
		2019	2018
RECEITA BRUTA			
Venda de Serviços		31.658	-
Arrendamento de Jazidas		21.877.951	38.789.495
Prêmio de Oportunidades		400.000	-
Aluguel de Imóvel		48.363	58.397
TOTAL DA RECEITA BRUTA	20	22.357.972	38.847.892
(-) Impostos	21	(2.588.934)	(3.593.430)
Receita Líquida		19.769.038	35.254.462
(-) Custos	22	(1.675.223)	(1.367.800)
LUCRO BRUTO		18.093.815	33.886.662
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		(34.109.824)	(62.883.099)
Administrativas	23	(22.171.123)	(24.662.098)
Pesquisa e Desenvolvimento	24	(13.869.316)	(10.592.444)
Tributária	25	(2.397.522)	(1.917.966)
Depreciação/Amortização		(523.914)	(580.322)
Outros Resultados Operacionais	26	(247.256)	(45.523.607)
Subvenções	27	5.099.307	20.393.338
RESULTADO OPERACIONAL		(16.016.009)	(28.996.437)
Receitas Financeiras		341.908	370.548
Despesas Financeiras		(24.375)	(33.459)
RESULTADO FINANCEIRO	28	317.533	337.089
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS		(15.698.476)	(28.659.349)
RESULTADO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.698.476)	(28.659.349)
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA		(15.698.476)	(28.659.349)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(15.698.476)	(28.659.349)
Lucro/Prejuízo Por ação do Capital Social final		(0,16)	(0,29)

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo FinanceiroJosé Zilfredo Santana Lima
Contador CRC 10901/0-9 BA

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em reais, excluídos os centavos)			
		31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Resultado Líquido		(15.698.476)	(28.659.348)
Reserva de Incentivos Fiscais			
Ajustes que não apresentam entrada/saída de caixa			
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.899.078	2.016.955
Resultado na baixa de imobilizado/intangível		-	35.035
Resultado Negativo Participação Societária		(1)	(25)
Resultado Positivo Participação Societária		(308.134)	(348)
Bens recebidos em doação/indenização		-	(1.760)
Reclassificação do Intangível		24.411.413	20.308.675
Provisão/Reversão PIDV		(24.535.832)	24.535.832
Ajuste de Exercícios Anteriores		6.670.988	-
Resultado dos Ajustes		(7.560.965)	18.235.016
Aumento ou Diminuição de Valores a Receber			
Contas a Receber		3.320.604	2.556.653
Adiantamentos de Viagens		9.720	-
Impostos e Contribuições a Recuperar		(105.945)	-
Créditos de Funcionários		25.521	-
Convênios		-	299.569
Estoques		(862)	100.998
Despesas Antecipadas		11.844	-
Outros Valores a Receber		(13.887)	(2.492.663)
Aumento do Realizável a Longo Prazo			
Depósitos e Cauções Trabalhistas		(324.259)	793.069
Ouro não Beneficiado		(25.804)	(15.587)
Diamante Bruto		(16)	(66)
Aumento ou Diminuição do Passivos			
Convênios para Implantação de Núcleos		(17.992)	(1.848.386)
Indenização Trabalhista		1.350.866	(874.336)
Outras Obrigações		(73.599)	(417.071)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		4.156.191	(1.897.818)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Pagamentos Efetuados na Compra de Imobilizado		(714.484)	(359.466)
Aplicação no Intangível		-	(89.558)
Aplicação em Projetos		-	(6.382.528)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos		(714.484)	(6.831.553)
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO PERÍODO		(4.119.257)	9.505.646
Representado por:			
Disponibilidades no início do período		28.627.821	19.122.175
Disponibilidades no fim do período		24.508.564	28.627.821
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO PERÍODO		(4.119.257)	9.505.646

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL SOCIAL			RES. CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO				PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL GERAL
	SUBSCRITO	A REALIZAR	REALIZADO	SUBVENÇÃO P/ INVESTIMENTO	LEGAL	LUCROS A REALIZAR	INCENTIVO FISCAL	ESPECIAL		
Saldo em 31/12/2017	100.000.000	-	100.000.000	5.606.602	2.769.419	2.411.791	51.034.880	611.557	-	162.434.249
Lucro do exercício									(28.659.349)	(28.659.349)
Constituição de Reservas							2.966.686		(2.966.686)	-
Saldo em 31/12/2018	100.000.000	-	100.000.000	5.606.602	2.769.419	2.411.791	54.001.566	611.557	(31.626.035)	133.774.900
Ajuste de exercício anterior									6.670.988	6.670.988
Resultado do exercício									(15.698.476)	(15.698.476)
Reversão de Reserva							(2.966.686)		2.966.686	-
Saldo em 31/12/2019	100.000.000	-	100.000.000	5.606.602	2.769.419	2.411.791	51.034.880	611.557	(37.686.837)	124.747.412

(As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, é uma sociedade anônima de economia mista, constituída nos termos da Lei Estadual no. 3.093, de 18 de dezembro de 1972 e regida pelo seu Estatuto, pela Lei no. 6.404 de 15 de dezembro de 1976, pela Lei no. 13.303 de 30 de junho de 2016 e demais dispositivos legais aplicáveis. Tem sede e foro na cidade de Salvador, capital do Estado da Bahia e poderá, tendo em vista o seu objeto social, criar ou extinguir agências e filiais, departamentos ou escritórios administrativos, técnicos ou de representação dentro do Estado da Bahia ou fora dele.

A CBPM tem por objeto a pesquisa, a prospecção e qualquer forma de aproveitamento econômico de minérios, podendo:

- Prestar serviços técnicos e administrativos ao Estado da Bahia;
- Prestar assistência técnica e administrativa a mineradores particulares;
- Executar projetos próprios de pesquisa mineral;
- Executar a lavra, o beneficiamento e a comercialização de bens minerais, bem como o desempenho de atividades correlatas e/ou complementares, inclusive industriais, que se enquadrem nos seus objetivos.

Para consecução dos seus objetivos e suas finalidades a CBPM poderá:

- Requerer a autorização para pesquisa mineral;
- Requerer concessão para lavra das jazidas que ofereçam melhores possibilidades econômicas;
- Negociar com terceiros os direitos minerários de sua titularidade, sobretudo aqueles em fase de concessão de lavra, uma vez configurada a exequibilidade de seu aproveitamento econômico e conveniência financeira;
- Celebrar acordos e convênios de cooperação técnica ou financeira com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Atualmente a principal fonte de receita da Companhia está vinculada ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*, subscrito com a empresa Vanádio de Maracás S.A., datado de 16 de setembro de 2013, relacionado a transferência de direitos minerários das jazidas de vanádio, no município de Maracás, Estado da Bahia. O montante da receita auferida pela CBPM com esse contrato, no exercício de 2019, montou R\$ 21.346.739, correspondente a 97,57% do total da sua receita nesse exercício. Considerado que a Vanádio de Maracás S.A. exporta integralmente a sua produção, as receitas da CBPM em relação ao Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties* mencionado, estão sujeitas às variações de preços internacionais e de câmbio. O preço médio de exportação do produto em dezembro de 2019 foi de US\$4,65, enquanto que em dezembro de 2018 era US\$18,96, consoante mencionado no relatório da administração dessa Empresa, relativo às demonstrações contábeis do exercício de 2019.

A Vanádio de Maracás é uma companhia controlada pela empresa canadense Largo Resources Ltd.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, com observância da NBC TG 1000 (R1). Aquelas aplicáveis de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. Políticas contábeis de transações irrelevantes não foram incluídas nas notas explicativas. As principais políticas aplicadas no preparo destas demonstrações contábeis estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As principais áreas que requerem maior nível de julgamento referem-se às provisões para perdas com devedores duvidosos e para contingências, além dos procedimentos de apropriação dos custos incorridos com pesquisas minerais. A Administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho das causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela Administração na elaboração das demonstrações contábeis.

2.1 Moeda funcional

A moeda funcional adotada pela Companhia é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Observando esses aspectos, a Administração definiu como moeda funcional da Companhia o Real, já

que essa moeda é a que melhor reflete o ambiente econômico no qual a Companhia está inserida.

2.2 Mudança de procedimento contábil

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a contabilizar as receitas oriundas dos contratos de royalties/arrendamentos, com observância do regime de competência de exercícios. Para a implementação desse procedimento contábil, necessitou contabilizar, na conta de prejuízos acumulados (patrimônio líquido), o valor de R\$6.670.988, correspondente a receitas auferidas com royalties no mês de dezembro de 2018.

2.3 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata, ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, que são sistematicamente negociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

Identificação e valorização dos instrumentos financeiros: a gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração da Companhia, visando evitar eventuais perdas, bem como estabelecer o equilíbrio entre o capital de terceiros e capital próprio. Os ativos financeiros foram classificados consoantes a seguir: (i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado – são os ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes a caixa e contas a receber de clientes. (ii) Ativos financeiros disponíveis para venda – quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. (iii) Empréstimos e recebíveis – são incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Esses ativos são registrados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses, após a data das demonstrações contábeis, os quais são classificados como ativo não circulante. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método dos juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os passivos financeiros da Companhia estavam compostos por contas a pagar a fornecedores.

2.4 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo de aquisição, que é inferior ao valor líquido de mercado. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.5 Investimentos

Os investimentos em sociedade controlada, quando aplicável, são avaliados pela equivalência patrimonial, as pequenas participações permanentes em outras empresas são registradas ao custo. Ambos estão ajustados, quando julgado necessário, por provisão para desvalorização de investimentos.

2.6 Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição, diminuído da depreciação acumulada. A depreciação é reconhecida de forma a reduzir o custo ao valor dos ativos, com exceção dos terrenos, levando-se em consideração a vida útil estimada com base no método linear, conforme demonstrado a seguir:

- Edificações: 25 anos;
- Instalações, Móveis e utensílios, Aparelhos e Ferramentas: 10 anos;
- Veículos e Equipamentos de processamento de dados: 5 anos.

Ativos integrantes do imobilizado são baixados quando ocorre a alienação ou quando nenhum benefício econômico é esperado pelo uso continuado do bem. Os ganhos ou perdas oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado, são determinados pela diferença entre a receita auferida, quando aplicável, e o respectivo valor residual do ativo e reconhecidos no resultado do exercício. Dispêndios subsequentes à aquisição de um ativo imobilizado somente são capitalizados quando for provável que os benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

2.7 Intangíveis

Os ativos intangíveis reconhecidos pela Companhia estão representados, substancialmente, por ativos minerários e ativos minerários em andamento e

estão mensurados da seguinte forma:

- Ativos minerários: pelos custos incorridos com pesquisas minerárias, diminuído de exaustão acumulada. A exaustão é calculada com base nos prazos de vigência dos contratos de arrendamentos/royalties e apropriada ao resultado do exercício;
- Ativos minerários em andamento: pelos custos incorridos com pesquisas minerárias. Quando aplicável, esses custos são apropriados ao resultado, de acordo com avaliações emitidas pela área técnica da Companhia.

2.8 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercício. A receita compreende o valor presente de direitos oriundo de contratos de arrendamentos e de direitos a *royalties* e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para os clientes. A Companhia adota como política de reconhecimento da receita, portanto, a data em que os benefícios inerentes aos contratos de arrendamentos/*royalties* são entregues aos seus clientes. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando é provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício, quando aplicável, compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações contábeis. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de imposto sobre a renda e da contribuição social, com relação às situações em que a regulamentação fiscal dá margem a interpretações. Reconhece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

2.10 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões se referem aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução dos processos judiciais ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Essas provisões, quando constituídas, encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos da Companhia, levando em conta a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais. Assim, a Administração considera que tais provisões são suficientes para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação é mantida até o trânsito em julgado da ação, ou quando da sua prescrição.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A Companhia declara expressamente que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis estão em conformidade com a NBC TG 1000(R1), subscrita pelo Conselho Federal de Contabilidade. A administração da Companhia também procedeu ao exame conceitual e concluiu que a Companhia não possui prestação pública de contas e assim encontra-se apta a exercer a faculdade pela aplicação dos procedimentos previstos nessa norma contábil.

4. DISPONIBILIDADES – CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Conta Única do Tesouro Nacional – F626	311.850	311.850
Conta Única do Tesouro Nacional – F100	-	40.314
Conta Única do Tesouro Nacional – F109	24.142	1.821
Conta Única do Tesouro Nacional – F213	21.911.843	26.342.501
Conta Única do Tesouro Nacional – F613	2.260.729	1.931.335
Total	24.508.564	28.627.821



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

Correspondem aos recursos de liquidez imediata da Companhia, mantidos no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças "FIPLAN" do Governo do Estado da Bahia, sendo relativos: (a) saldos a executar pelos repasses das subvenções do Governo do Estado, e (b) *Royalties* creditados à Companhia, nos contratos de arrendamento existentes para exploração mineral.

5. CONTAS A RECEBER

DESCRIÇÃO	2019		2018
	A Vencer	Vencidas	
Vanádio de Maracás	2.314.336	-	5.593.671
Lagoa Matérias Primas	49.150	-	45.798
Uns e Outros Lanchonetes Ltda.	4.065	-	3.924
Ind. Cerâmicas Fragnani Ltda.	-	117.505	-
Largo Mineração Ltda.	-	37.878	32.954
Campo A. de Lourdes	-	15.025	15.025
Pedreira Petrolina	-	12.454	6.142
Indústria de Cerâmica Pérola Branca	-	10.703	6.317
AtlanticNickel (Mirabela)	-	8.436	-
Céramus Bahia S/A	-	7.513	7.513
Santa Luz Desenvolvimento	-	3.320	23.553
Pedreira Santa Tereza	-	878	878
Mineração Caiçara	-	151	154.173
Cia. Brasileira de Betonita	-	-	16.069
Subtotal	2.367.551	213.863	
Total	2.581.414	5.902.018	

Parte do saldo a receber da empresa Vanádio de Maracás S.A. (R\$1.256.709) já foi liquidado através da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia "SEFAZ", e será creditado na conta única de movimento da Companhia no exercício seguinte.

O total das dívidas vencidas é R\$ 213.863 que corresponde a 14,03% do total dos valores a receber.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

DESCRIÇÃO	2019	2018
Imposto de Renda a Compensar	2.696.146	2.169.088
Contribuição Social a Compensar	366.081	807.398
Imposto a Restituir - Riosam	93.822	92.559
INSS a Restituir	52.384	15.554
FGTS a Ressarcir - Empregados	17.613	36.534
FGTS a Restituir	1.032	-
Total	3.227.078	3.121.133

Refere-se a tributos e contribuições passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, atualizados de acordo com a legislação vigente.

7. CRÉDITOS DE FUNCIONÁRIOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Adiantamentos de Férias	627.499	656.214
Adiantamentos a Funcionários	7.318	4.124
Total	634.817	660.338

Os adiantamentos de férias concedidos aos funcionários serão compensados quando da concessão dos direitos ao gozo das férias para esses funcionários.

8. DEPÓSITOS E CAUÇÕES TRABALHISTAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cauções Trabalhistas	2.451.288	2.103.454
Deposito Recursal	415.879	439.454
Total	2.867.167	2.542.908

Os depósitos judiciais e cauções realizados pela Companhia estão relacionados com processos judiciais nas áreas trabalhista e civil.

Com base no posicionamento da assessoria jurídica, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, provisões para perdas prováveis com esses processos, em montante considerado suficiente para cobrir os riscos reais de perdas (ver nota explicativa 17).

9. CONVÊNIO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Convênios com Prefeituras e Associações	1.414.756	1.414.756

Essa conta registra os recursos de subvenções recebidas do Estado da Bahia para aplicação em convênios com terceiros, para implantação de núcleos e foram repassados às entidades conveniadas, principalmente prefeituras e associações. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 totalizava 22 convênios registrados e com saldos na contabilidade da Companhia, pendentes de homologação das respectivas prestações de contas, sendo:

Órgãos	Nº.
Prefeituras	08
Associações	13
União Cultural	01
TOTAL	22

As prestações de contas desses convênios são acompanhadas pela Companhia e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia - TCE. A situação em 31 de dezembro de 2019 e 2018, tem a seguinte posição:

Situação em 31.12.2019	Nº.
Convênios enviados ao TCE	03
Desaprovado pelo TCE	01
Ajuizados pelo CBPM	14
Convênios em análises	04
TOTAL	22

10. VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Camaleão Mineração Ltda.	1.608.455	1.608.455
Indústria de Calcário Sublime S/A	591.871	591.871
Ouro não Beneficiado	133.486	107.682
Obrigações da Eletrobrás	43.383	43.383
Diamante Bruto	465	449
(-) Camaleão Mineração Ltda.	(1.608.455)	(1.608.455)
(-) Indústria de Calcário Sublime	(591.871)	(591.871)
Total	177.334	151.514

Os créditos a receber junto às empresas Camaleão Mineração Ltda. e Indústria de Calcário Sublime, relativos a anos anteriores, estão com reconhecimento de provisão para perdas na totalidade dos valores envolvidos, considerando os riscos de não realização, em virtude dos processos judiciais em curso, quais sejam:

a) Camaleão Mineração Ltda.: Ação judicial ingressada em 30.11.2016, processo 057881832.2016.8.05.0001;
b) Indústria de Calcário Sublime S.A.: Ação judicial ingressada em 29.03.1996, processo 0009710-2.2006.8.05.0001.

11. INVESTIMENTOS

DESCRIÇÃO	% Part.	2019			2018
		Participação	Prov. p/ perda	Líquido	
<i>Participações Societárias:</i>					
Utinga Mineração Ltda.	99,9%	53.616	-	53.616	53.616
Vanádio de Maracás Ltda.	0,06%	485.869	(7.723)	478.146	171.089
Kordsa Brasil S/A(Cobafi)	0,003%	4.411	-	4.411	3.335
Cooper Norte		12.296	(12.296)	-	-
Bahiatursa		4.094	-	4.094	4.094

Descrição	Conta patrimonial			(Depreciação)		
	Saldo 31/12/2018	Adições	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018	Adições	Saldo 31/12/2019
Terrenos	797.749	-	797.749	-	-	-
Edificações	3.291.829	-	3.291.829	(2.168.114)	(67.530)	(2.235.644)
Veículos	1.741.136	565.000	2.306.136	(1.726.404)	(44.408)	(1.770.812)
Aparelhos/Ferramentas	2.716.589	144.957	2.861.546	(2.214.010)	(126.016)	(2.340.026)
Instalações	2.424.255	-	2.424.255	(1.980.103)	(89.071)	(2.069.174)
Equipamentos informática	2.031.123	-	2.031.123	(1.620.717)	(138.838)	(1.759.555)
Móveis e utensílios	1.248.734	4.391	1.253.125	(1.140.262)	(39.946)	(1.180.208)
Litoteca e outros	536.105	137	536.242	(503.857)	-	(503.857)
Total	14.787.522	714.484	15.502.006	(11.353.467)	(505.809)	(11.859.277)

13. INTANGÍVEIS

DESCRIÇÃO	2019			Líquido 2018
	Custo Corrigido	Exaustão/Amort. Acumuladas	Líquido	
Ativos minerários em andamento	88.451.578	-	88.451.578	112.862.992
Ativos minerários em exploração	19.409.007	(11.437.060)	7.971.947	9.347.107
Softwares	2.206.294	(2.140.618)	65.676	83.587
Marcas e patentes	1.933	(1.836)	96	290
TOTAL	110.068.812	(13.579.514)	96.489.297	122.939.976

Os valores mensurados como ativos intangíveis são representados pelos custos incorridos com pesquisas minerais em andamento e em processo de exploração por terceiros mediante contratos de arrendamentos/*royalties*, com a transferência, pela Companhia, dos direitos minerários das jazidas prospectadas.

Os custos dos ativos minerários em andamento são apropriados ao resultado, na medida em que a área técnica da Companhia avalia a inviabilidade econômica dos resultados alcançados nas pesquisas. Os custos dos ativos minerários em exploração são apropriados ao resultado mediante procedimento de exaustão. A movimentação dos ativos intangíveis, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, é demonstrada a seguir:

Referência	Contas Patrimoniais			Exaustão/Amortização			
	Saldo 31/12/2018	(-) Baixas	(-) Prêmio Oportunidade Outros	Saldo 31/12/2019	Saldo 31/12/2018	Adições	Saldo 31/12/2019
<i>Ativos minerários:</i>							
. Em andamento	112.862.991	(24.111.352)	(300.061)	88.451.578	-	-	-
. Em exploração	19.409.007	-	-	19.409.007	(10.061.898)	(1.375.162)	(11.437.060)
Softwares	2.206.294	-	-	2.206.294	(2.122.706)	(17.912)	(2.140.618)
Marcas/patentes	1.933	-	-	1.933	(1.643)	(193)	(1.836)
Total	134.480.225	(24.111.352)	(300.061)	110.068.812	(12.186.247)	(1.393.267)	(13.579.514)

**COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL**

CNPJ: 13.554.910/0001-68

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

(-) Baixas:

No exercício de 2019, foi baixado contra despesa o valor de R\$ 24.111.352 (R\$ 20.308.676 em 2018), correspondente a ativos minerários em andamento, cuja avaliação foi de inexistência de minérios nas áreas pesquisadas, ou que a qualidade/quantidade do mesmo não era suficiente para exploração econômica, com base na análise técnica realizada pela Companhia.

(-) Prêmio oportunidade/Outros:

	Valor da Venda	Custo Baixado	Resultado Apurado
Prêmio em negociações dos direitos de exploração (Arrendamento)	400.000	(280.000)	120.000
Venda de dados e informações de pesquisa	31.658	(20.061)	11.597
Total	431.658	(300.061)	131.597

Exaustão:

A exaustão sobre os ativos minerários em exploração é apurada e apropriada ao resultado de acordo com os prazos de exploração de cada jazida mineral, constantes dos respectivos contratos de arrendamentos/royalties.

Mudança de critério:

No exercício de 2019, a Administração adotou mudança de critério para a mensuração dos ativos minerários, passando a reconhecer integralmente em resultado os custos realizados relativos aos empreendimentos em fase de pesquisa, e mantendo o registro no intangível daqueles valores ativados até 31 de dezembro de 2018 e avaliados com perspectivas de viabilidade econômica para exploração. Por conta dessa mudança de critério, a administração criou um grupo de trabalho interdisciplinar formado por geólogos, contador, engenheira de minas e técnicos em mineração para avaliar cada projeto de pesquisa que compõe o saldo de intangíveis em 2018 a fim de se verificar item a item quais projetos estão aptos a terem os direitos minerários arrendados a terceiros, gerando assim fluxos de caixa futuros; quais projetos possuem valor de uso como base de conhecimento para fomentar novas pesquisas ou ainda para prestação de serviços e/ou venda de mapas, de banco de dados e informações geológicas a empresas mineradoras; e quais projetos se tratam simplesmente de gastos iniciais em pesquisa, tendo esses últimos como destino a baixa contábil.

Teste de recuperação de ativos ("Impairment")

Em 2019, a Companhia, baseada nos mesmos valores em uso e os valores justos atribuídos como base no Laudo de Teste de Impairment de 2011, mediante critério de avaliação consistente, utilizou o maior valor, entre o valor justo e o valor em uso, baseado nos fluxos de caixa descontados, para analisar o valor recuperável dos seus ativos intangíveis de vida útil definida (vide CPC 01 R1 item 10, 15 e 19). Nesse caso, também não houve perda do valor recuperável, esse apresentou valor superior em relação ao contábil de 2019. Por tanto efetuou a análise do teste de valor recuperável, não reconhecendo nenhum ajuste contábil.

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cofins	97.213	434.161
Pasep a Recolher	21.006	94.196
ISS Outros Municípios	57	-
Pis/Cofins/CSLL	-	4.844
IRRF-PJ	-	1.562
ISS a Recolher	-	1.069
IRRF-PF	-	47
Total	118.276	535.879

Referem-se às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês seguinte.

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

DESCRIÇÃO	2019	2018
INSS a Recolher	565.490	65.102
FGTS a Recolher	135.334	14.921
FGTS s/ 13º Salário	52.397	-
INSS Retido	28.233	1.219
INSS Autônomos	14.110	-
Total	795.564	81.242

Correspondem às obrigações relacionadas com as atividades operacionais da Companhia, apropriadas em conformidade à legislação vigente, e com previsão de recolhimento no mês seguinte.

16. PROVISÃO DE FÉRIAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Férias e Encargos Sociais Devidos	2.761.885	3.039.826

O saldo de férias a pagar inclui a obrigação vencida e proporcional, inclusive adicional de 1/3 previsto na Constituição Federal, e encargos sociais sobre os valores apropriados, devidos até o encerramento dos exercícios.

17. PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Indenizações a Pagar - Processos Trabalhistas	6.258.557	4.907.690
Indenizações Trabalhistas - PIDV	-	24.535.832
Total	6.258.557	29.443.522

A Companhia possui demandas judiciais associadas a diversos processos trabalhistas, para os quais vem apresentando defesas e recursos cabíveis,

sendo que alguns desses processos não apresentam, nesse momento, uma definição clara quanto aos seus desfechos.

Com base nas avaliações e informações fornecidas pelos responsáveis da Assessoria Jurídica da Companhia, que identificou os processos com expectativas de perdas prováveis e de perdas possíveis, a Administração provisionou, em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$6.258.557.

Além desses processos, cujas perdas foram avaliadas como prováveis, a Companhia se defende judicialmente de outras ações, cujas avaliações dos Assessores Jurídicos foram classificadas como de perdas possíveis, no montante de R\$29.533.643, consoante demonstrado no quadro a seguir:

REFERÊNCIA	Quantidade de processos	Valor envolvido
Processos recursais, cíveis e tributários (perda provável)	08	6.258.557
Processos recursais, cíveis e tributários (perda possível)	28	29.533.643

No exercício de 2019, a Companhia reverteu a provisão constituída no ano anterior para fazer face ao processo relacionado com o prêmio de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV), no valor de R\$24.535.832, que foi apropriada como crédito no resultado do exercício de 2019, consoante nota explicativa 26. A decisão da Administração em reverter essa provisão foi tomada com base no entendimento da Assessoria Jurídica da Companhia, de que a Juíza que proferiu a sentença, afastou o PIDV do processo, acolhendo as alegações dessa Assessoria Jurídica, segundo as quais o MPT não tinha competência para requerer os pagamentos reclamados, uma vez que se trata de direitos individuais. Conforme entendimento da Assessoria Jurídica, o Sindicato ou os próprios empregados podem ajuizar novas reclamações, para as quais não se pode prever resultados a médios ou longo prazos.

18. SUBVENÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO DE NÚCLEOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Implantação de Núcleos (SEFAZ/BA)	1.414.756	1.414.756
Subvenções para Custeio Fontes 109	24.142	42.135
Total	1.438.898	1.456.891

Referem-se principalmente a subvenções repassadas pelo Governo do Estado da Bahia, para implantação de núcleos ligados aos artesanatos de minérios e para custeio, registradas em contas ativas e passivas conforme mencionados na nota 9.

As obrigações da Companhia, decorrentes desses recursos recebidos, são relativas ao recebimento das prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, e homologação das mesmas, com disponibilização da documentação correspondente ao Tribunal de Contas do Estado. A obrigação passiva junto ao Governo do Estado decorre das pendências de apresentação das referidas prestações de contas, por parte das entidades conveniadas, para posterior homologação.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**19.1 Capital Social**

Acionistas	Participações	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	TOTAL
Governo do Estado da Bahia	99,99138700	79.995.026	19.996.361	99.991.387
Coelba	0,00428800	2.144	2.144	4.288
CPRM	0,002830000	2.830	-	2.830
Pessoas Físicas	0,001495000	-	1.495	1.495
Total	100,0000000	80.000.000	20.000.000	100.000.000

O Capital Social é de R\$100.000.000, é representado por 100.000.000 de ações nominativas no valor nominal de R\$1 cada, sendo 80.000.000 de ações ordinárias e 20.000.000 de ações preferenciais.

Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas. As ações preferenciais não ensejam direito a voto, mas lhes são assegurados dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o lucro líquido, bem como prioridade na distribuição e no reembolso do capital social, pelo seu valor nominal, em caso de dissolução ou liquidação da Companhia.

É assegurado ao Governo do Estado da Bahia subscrever isoladamente ou em conjunto com entidades estaduais da administração indireta, um mínimo de 51% do capital social com direito a voto.

19.2 Reservas Constituídas

DESCRIÇÃO	2019	2018
Reservas de Incentivos Fiscais	51.034.880	54.001.566
Subvenções para Investimentos	5.606.602	5.606.602
Reserva Legal	2.769.419	2.769.419
Reservas de Lucros a Realizar	2.411.791	2.411.791
Reserva Especial	611.557	611.557
Total	62.434.249	65.400.935

Em 01 de janeiro de 2019, foi revertido o saldo de R\$2.966.686 da conta de Reservas de incentivos fiscais, em contrapartida à rubrica de prejuízos acumulados (Prejuízos Exercícios Anteriores), para efeito de regularização do registro indevido de constituição de reserva no exercício de 2018, tendo sido apurado prejuízo para o citado exercício (sem base de cálculo para apuração e constituição de saldo de reserva correspondente).

19.3 Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO	2019	2018
Prejuízos Exercícios Anteriores	(28.659.349)	(31.626.034)
Prejuízo do Exercício	(15.698.476)	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	6.670.988	-
Total	(37.686.837)	(31.626.034)

20. TOTAL DA RECEITA BRUTA

DESCRIÇÃO	2019	2018
Receitas de Arrendamento/royalties	21.877.951	38.789.495
Prêmio de Oportunidades	400.000	-
Aluguel de Imóvel	48.363	58.397
Levantamento Aerogeofísico	31.658	-
Total	22.357.972	38.847.892

Os valores das subvenções foram reclassificados para o grupo de outras despesas e outros resultados.

21. IMPOSTOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Cofins - Faturamento	(2.125.821)	(2.952.440)
Pasep	(461.527)	(640.990)
Iss	(1.583)	-
Descontos	(3)	-
Total	(2.588.934)	(3.593.430)

22. CUSTOS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Exaustão de Jazidas	(1.375.162)	(1.367.800)
Prêmio de Oportunidades	(280.000)	-
Levantamento Aerogeofísico	(20.061)	-
Total	(1.675.223)	(1.367.800)

23. ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2019	2018
Salários e Adicionais	8.495.038	9.161.740
Encargos Sociais	5.187.844	4.797.080
Serviços de Terceiros - Outros	3.008.302	2.786.527
Benefícios	2.331.165	2.596.076
Honorários com Encargos	1.338.334	1.370.104
Indenizações Trabalhistas	594.922	1.491.000
Despesas Gerais e Consumo	590.251	1.881.288
Tarifas	389.694	391.297
Despesas com Veículos	235.573	186.986
Total	22.171.123	24.662.098

24. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Salários e Adicionais	5.261.146	5.769.703
Encargos Sociais	2.787.304	3.001.543
Serviços de Terceiros - Outros	767.887	819.819
Despesas Gerais e Consumo	730.112	900.020
Despesas com Veículos	88.614	101.359
Total	13.869.316	10.592.444

25. TRIBUTÁRIAS

DISCRICÃO	2019	2018
DNPM	1.970.713	1.485.576
IPTU	369.042	344.554
Custas Processuais	14.148	51.487
Taxa Diversas	13.859	8.110
Cofins s/ Receitas Financeiras	13.676	14.822
CREA	5.415	4.477
Licenciamento de Veículos	3.752	3.893
Pasep sobre Receitas Financeiras	2.222	2.409
Imposto Diversos	2.166	-
TFF	1.904	1.833
ITR	625	805
Total	2.397.522	1.917.966

26. OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

DISCRICÃO	2019	2018
Reversão de Provisão Ind. Trabalhistas	27.455.744	1.364.336
Participação Societária Positiva	308.132	372
Recuperação de Despesas	249.105	110.719
Dividendos	232.828	-
Custos com Pesquisas Minerais	(24.111.352)	(20.308.676)
Provisão Indenizações Trabalhistas	(4.248.327)	(512.451)
Outras Despesas Operacionais	(133.386)	(9.114)
Indenização	-	8.770
Doação de Bens de Consumo	-	1.760
Baixa do Intangível	-	(53.497)
Baixa de Amortização	-	20.006
Baixa do Imobilizado	-	(154.123)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(1.608.455)
Baixa de Depreciação	-	152.578
Provisão Indenização - PIDV	-	(24.535.832)
Total	247.256	(45.523.607)



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em reais, excluídos os centavos)

A reversão de provisão de indenizações trabalhistas, contabilizada no exercício de 2019, inclui o valor de R\$24.535.832, corresponde ao processo denominado prêmio incentivo de desligamento voluntário - PIDV. Os custos com pesquisas minerais (R\$24.111.352) correspondem às pesquisas minerais que se encontravam em andamento (ver nota explicativa 13), cuja avaliação pela área técnica da Companhia foi de inexistência de minérios nas áreas pesquisadas, ou de existência de minérios de qualidade/quantidade insuficiente para exploração econômica.

27. SUBVENÇÕES

DISCRICÃO	2019	2018
Subvenções para Custeio	5.099.307	17.426.652
Subvenções para Investimentos	-	2.966.686
Total	5.099.307	20.393.338

Essas subvenções são previstas no orçamento fiscal da Companhia, que integra o orçamento fiscal do Estado da Bahia, sócio-controlador, sendo esses recursos recebidos para executar despesas orçadas pela Companhia, através do sistema integrado do Estado da Bahia (FIPLAN).

28. RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	2019	2018
Juros sobre Tributos a Compensar	200.158	3.775
Juros sobre Dep. Recursais/Cauções	75.419	162.387
Correção Monetária Ativa	37.539	142.434
Outras Receitas Financeiras	25.820	15.653
Multas Recebidas	2.972	19.278
Multas de Mora	(3.027)	(13.296)
Despesa Bancária	(4.218)	(4.090)
Outras Despesas Financeiras	(7.752)	-
Juros de Mora	(9.378)	(16.072)
Juros Recebidos	-	26.852
Juros de Capital Próprio	-	168
Total	317.533	337.089

29. SEGUROS CONTRATADOS (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes com base em 31 de dezembro de 2019, são demonstrados a seguir:

Bens segurados, Riscos cobertos, Montante da cobertura:

Referência/cobertura	Valor
Incêndio, explosão e fumaça	10.030.000
Danos elétricos	50.000
Subtração de bens	10.000
Equipamentos eletrônicos	100.000
Quebra de vidros	5.000
Recomposição	10.000

30. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes a caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir a liquidez das suas operações e manter o seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimentos em prazos inferiores a doze meses. Considerando os prazos e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo o seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou qualquer outro instrumento especulativo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

a) **Risco de crédito** – a política de arrendamentos dos direitos de exploração de recursos minerais da Empresa está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento dos valores a receber por arrendamentos e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes é inexistente, haja vista que esses recursos são mantidos em Conta Única do Tesouro do Estado da Bahia.

b) **Risco de liquidez** – a área financeira da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para a administração do capital circulante é mantido em Conta Única do Tesouro Estadual. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém na Conta Única do Tesouro Estadual montante considerado pela sua Administração, suficientes para a pronta geração de entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES (Impactos da COVID-19)

a) Impactos da COVID-19

A partir de janeiro de 2020, o surto de *Coronavirus* (Covid-19), que é um evento em rápida evolução, tem impactado adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer

previsão quanto ao seu impacto final. Este evento pode ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global, o que poderia trazer reflexos na precificação subsequente no mercado de minerais. A Administração não acredita que haja impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, como resultado deste evento, e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao Coronavírus e coordenando suas respostas operacionais com base nos planos de continuidade de seus negócios e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta à pandemia.

b) Contrato de Regulação do Pagamento de *Royalties*

A Companhia, no início do ano de 2020, foi comunicada pela Vanádio de Maracás S.A. sobre a decisão de distratar o fornecimento de pentóxido de vanádio, com o seu único cliente, a Glencore International AD. Segundo a Administração da Vanádio de Maracás S.A., haja vista os procedimentos praticados nas vendas desse minério, considerando inicialmente um preço provisório, definido como a média das cotações divulgadas pelo *London Metal Bulletin* no mês anterior ao faturamento para, posteriormente, mensurar os fornecimentos mediante o estabelecimento do preço real, definido no Contrato subscrito com a Glencore, como determinados com base em cotações futuras. Ainda consoante informações da Administração da Vanádio de Maracás S.A., esse procedimento ocasionou um crédito para a Glencore, estimado em US\$ 68 milhões de dólares, com reflexo nas bases de cálculos dos *royalties* futuros pertencentes à CBPM, impondo uma redução substancial dos valores a serem recebidos, podendo até zerar em alguns meses, até que o reembolso do valor da mencionada diferença seja compensado.

A Administração da CBPM tem contestado essa possibilidade, sob a alegação de que a Companhia não participou, como de fato não teria que participar, da contratação do cliente da Vanádio de Maracás S.A., a empresa Glencore International AD, tendo encaminhado o assunto para a análise pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo Financeiro

José Zilfredo Santana Lima
Contador – CRC-BA 010901/0-9

DIRETORES

Antônio Carlos Marcial Tramm
Diretor-Presidente

Carlos Luciano de Brito Santana
Diretor Administrativo e Financeiro

Rafael Avena Neto

Diretor Técnico

CONTADOR

José Zilfredo Santana Lima
CONTADOR - CRC-BA 010901/0-9
CPF/MF 040623025-00

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Sócios

COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM
Salvador - BA

Opinião com ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pela apropriação de despesas com pesquisas minerais como ativo intangível e pela não realização do teste de valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados no ativo imobilizado e intangível, consoante mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL - CBPM, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, prescritas pela NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião com ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e no desenvolvimento dos nossos trabalhos observamos que:

a) Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentava, no seu balanço patrimonial, ativos intangíveis, no total de R\$96.423.524, líquido de exaustão acumulada, representado por: a) despesas com pesquisas minerais em andamento (R\$88.451.577) e b) despesas com pesquisas minerais realizadas com sucesso (R\$7.971.947), cuja exploração dos recursos minerais foram transferidos para terceiros, mediante contratos de arrendamentos/*royalties*. Consoante orientação do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, despesas com pesquisas devem ser apropriadas aos resultados dos exercícios à época da ocorrência de tais despesas. Até o exercício anterior a Companhia reconhecia as despesas com pesquisas minerais no ativo intangível e a partir do exercício de 2019 a Companhia adotou a prática de reconhecer tais despesas diretamente no resultado do exercício, entretanto, manteve o montante relativo às despesas com pesquisas minerais em andamento no ativo intangível, para transferir para o resultado do exercício, quando a área técnica da Companhia atestar sobre a inviabilidade da exploração econômica das áreas prospectadas. Com relação às despesas com pesquisas realizadas com sucesso, a Companhia tem adotado o procedimento de amortizar tais despesas, transferindo-as para o resultado, com base na vigência dos contratos de arrendamento/*royalties*. Consoante mencionado na nota explicativa 13, item mudança de critério, a

Administração da Companhia autorizou o desenvolvimento de trabalhos de análises dos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de segregação dos gastos com pesquisas dos gastos com desenvolvimentos de projetos minerais e, em observância à orientação CPC 04 (R1), apropriar ao resultado o montante dos gastos com pesquisas. Os efeitos dos ajustes, resultantes das mencionadas análises, somente serão conhecidos quando da conclusão desses trabalhos.

b) A Companhia não elaborou, no exercício de 2019, análise para determinação do valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados nos ativos imobilizado e intangível, consoante preconizado pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), através do Pronunciamento Técnico CPC 01, e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Resolução CFC no.1.292/10.

Nossas responsabilidades, em conformidade com as referidas normas brasileiras e internacionais de auditoria, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Consoante mencionado na nota explicativa 2.2, a Companhia, a partir do exercício de 2019, mudou a prática contábil para reconhecimento das receitas relacionadas com *royalties*/arrendamentos, passando a observar o regime de competência de exercícios, especificamente, em relação às receitas mensais relativas ao mês de dezembro de cada exercício. Para a implementação desse procedimento, a Companhia necessitou reconhecer um ajuste do exercício anterior, na conta de prejuízos acumulados (patrimônio líquido), conforme evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Expressamos nossa concordância com o novo procedimento adotado, que não influencia a nossa opinião.

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram examinadas por outros auditores independentes, conforme relatório emitido em 24 de abril de 2019, contendo ressalva pela não realização, nesse exercício, do teste de valor de recuperação ("impairment") dos bens contabilizados no ativo imobilizado e ativo intangível da Companhia e ênfases sobre os depósitos judiciais e contingências trabalhistas e sobre os intangíveis minerais em andamento.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas

no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base con-



COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL

CNPJ: 13.554.910/0001-68



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

tábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Quando concluímos que existe incerteza, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis sobre a Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de maio de 2020.

QUALITY Auditores e Contadores S/S
Ricardo Cesar Abreu
Sócio - CRC/BA. 5514/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA CBPM

O Conselho Fiscal da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras e os demais relatórios elaborados pela Companhia, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovados pelo Conselho de Administração da CBPM em 23 de junho de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório da Quality Auditores e Contadores S/S, datado de 11 de maio de 2020, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Salvador, 03 de julho de 2020

MANOEL BARRETO DA ROCHA NETO
PRESIDENTE

ROGÉRIO COSTA CEDRAZ
CONSELHEIRO

LUIZ CARLOS SANTANA PASSOS
CONSELHEIRO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral - CBPM, na sua reunião ordinária realizada no dia 23 de junho de 2020, em ambiente virtual, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria, referentes ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e decidiu encaminhar a matéria à Assembléia Geral de Acionistas, com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o Artigo 142, Inciso V, da Lei no. 6.404, de 15-12-1976, e com o Artigo 24, Inciso VII, do Estatuto Social da Empresa.

Salvador, 23 de junho de 2020.

Luiz Gugé Santos Fernandes
Suplente do Presidente do Conselho

Antônio Carlos Marcial Tramm
Conselheiro

Fabya dos Reis Santos
Conselheira

Arany Santana Neves Santos
Conselheira

Julietta Maria Cardoso Palmeira
Conselheira

Quer causar uma boa impressão?



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil

Acesse:



Melhores preços,

melhor qualidade

SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão offset - rotativa e plana

Impressão digital e com dados variáveis

(Carnês de IPTU, provas de concurso, faturas, boletos e outros impressos personalizados)

Agendamento

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:
71 3117 8413 | www.sac.ba.gov.br

Sede Egba:
71 3116 2837 | 2838

www.egba.ba.gov.br

CASA CIVIL



IMPrensa OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO



Melhores preços, melhor qualidade

*Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil*

• **CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

Garante autenticidade e segurança nas transações eletrônicas

• **SERVIÇOS GRÁFICOS**

Impressão offset - rotativa e plana. Impressão digital e com dados variáveis (carnês de IPTU, provas de concurso, faturas, boletos e outros impressos personalizados)

• **DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA**

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras baianas, com baixo custo e segurança

• **GESTÃO DOCUMENTAL**

Digitalização, microfilmagem e guarda de documentos



Acesse:



Agendamento

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:
71 3117 8413 | www.sac.ba.gov.br

Sede Egba:

71 3116 2837 | 2838 | 2856

CASA CIVIL



IMPrensa OFICIAL DA BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

www.egba.ba.gov.br